

que esse projeto vai aumentar as custas judiciais, que vai prejudicar toda a população do nosso Estado.

Então, é um projeto que é criticado, Sr. Presidente, por associações comerciais, pelos representantes da indústria, até mesmo do agronegócio. Não existe nenhuma organização social defendendo esse PL 752.

Nós não estamos entendendo por que o governador Tarcísio insiste em mobilizar a sua base para que um projeto que vai aumentar impostos... Na prática vai ser isso o que vai acontecer.

Então, faço um apelo aqui para que o projeto seja retirado da pauta, devolvido ao Tribunal de Justiça, porque o governo tem recursos para transferir dinheiro para o Tribunal de Justiça.

E quero refletir aqui o apelo da OAB, sobretudo para os deputados advogados, para que sigam a orientação da sua entidade de classe. O deputado advogado não pode trair a sua entidade de classe, como nós, professores, não traímos as nossas organizações. Então, fica aqui o apelo. Deputados advogados, votem contrariamente ao PL 752.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação. (Manifestações nas galerias.)

Eu vou esperar. Eu sei que não é para mim.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, a bancada da Federação PT/PCdoB/PV se reuniu hoje com a presidente da Ordem dos Advogados, a doutora Patricia Vanzolini, para externar a posição pública da bancada da Federação com relação a esse PL.

A bancada se manifestou contrária, entendendo que há vários problemas, para além da questão do aumento de taxas, mas a decisão, quando se transforma em uma decisão de conselho para os aumentos das próximas, de algumas delas, nós entendemos que era preciso melhorar ainda mais o projeto.

Na audiência pública disse a presidente da Ordem que haveria necessidade de um diálogo com o TJ para ver se era possível buscar uma saída antes que a gente iniciasse o processo legislativo, mas não foi possível. Por isso eu quero aqui externar a nossa posição e pedir que o senhor retire de pauta esse projeto, até porque, quem sabe, ele poderia avançar ainda.

Eu recebi ligações de outros deputados preocupados com a mesma questão, buscando uma saída. Acho que se tivéssemos condições de fazer isso, ajudaria muito para que não tivéssemos um projeto que prejudicasse as pessoas, principalmente aqueles que mais precisam.

Então eu queria deixar esse apelo ao senhor e como é um tema importante, que traz às galerias advogados e advogadas, quero aproveitar para pedir verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Diante do acordo de líderes, que não foi cumprido, a gente vai então pedir uma verificação de presença das senhoras e senhores deputados. Convido o deputado Carlos Cezar, já aqui conosco, e o deputado Thiago Auricchio, que está presente aqui em cima também, para fazer a primeira verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental.

No acordo com o Colégio de Líderes já comuniquei aos Srs. Líderes que nós estaremos convocando hoje na primeira extra o Projeto do Tribunal de Justiça.

Então, convoco as Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso 1º do Regimento Interno, para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 30ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 30 de agosto de 2023.

Há sobre a mesa o requerimento de urgência ao Projeto de Resolução nº 32, de 2023, de autoria da Mesa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa o requerimento da nobre deputada Ana Perugini, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da Oficina de Regionalização da Assistência à Saúde, parte integrante do Projeto de Regionalização do estado de São Paulo por um SUS único, a realizar-se nos dias 28, 29 e 30 de agosto do corrente ano, na cidade de Campinas, a ser custeado via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa o requerimento da nobre deputada Andréa Werner, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar de audiência pública intitulada Práticas baseadas em Evidências, que será realizada pela subcomissão especial da Câmara Federal para discutir e propor medidas destinadas a políticas públicas de inclusão para pessoas com autismo, a realizar-se no dia 29 de agosto do corrente ano, em Brasília, a ser custeado via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento do nobre deputado Eduardo Suplicy, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, a realizar-se no dia 30 de agosto do corrente ano, em Brasília, a ser custeado via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há, também, sobre a mesa um requerimento da nobre deputada Thainara Faria, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de cumprir agenda dos Ministérios da Educação, da Saúde e das Cidades e de participar do lançamento do livro “A história comprovada”, a realizarem-se nos dias 30 e 31 de agosto do corrente ano, em Brasília, sem ônus para este poder.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há, também, um requerimento sobre a mesa do nobre deputado Guilherme Cortez, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do evento “Cumbre Internacional por la Democracia y los Derechos Humanos: Allende 50 Años” e atividades correlatas a realizarem-se nos dias 6 a 12 de setembro do corrente ano, na cidade de Santiago do Chile, sem ônus para este poder.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Havendo acordo entre lideranças, cumprindo agora os acordos de aprovar todos os requerimentos de representação, requeiro o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoça V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 51 minutos.

29 DE AGOSTO DE 2023 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO e CARLOS CEZAR

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 752/21.

2 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para reclamação, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

4 - TOMÉ ABDUCH

Discute o PL 752/21.

5 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para reclamação, faz pronunciamento.

6 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Discute o PL 752/21.

7 - GUILHERME CORTEZ

Discute o PL 752/21 (aparteado pelo deputado Carlos Giannazi).

8 - LUCAS BOVE

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

10 - MÁRCIA LIA

Discute o PL 752/21 (aparteado pelo deputado Luiz Claudio Marcolino).

11 - GILMACI SANTOS

Para comunicação, faz pronunciamento.

12 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

13 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Indefere o pedido, ante a constatação visual de quórum.

14 - TEONILIO BARBA

Discute o PL 752/21.

15 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Encerra a discussão do PL 752/21.

16 - PAULO MANSUR

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

18 - VITÃO DO CACHORRÃO

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Coloca em votação requerimento, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, de método de votação ao PL 752/21.

20 - PROFESSORA BEBEL

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Minoria.

21 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Federação PSOL Rede.

22 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

23 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Informa que deve dar resposta à questão de ordem em momento oportuno.

24 - EMÍDIO DE SOUZA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

25 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência.

26 - CAIO FRANÇA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome do PSB.

27 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Assume a Presidência.

28 - LEONARDO SIQUEIRA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 752/21, em nome do Novo.

29 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PL 752/21.

30 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de votação.

31 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

32 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

33 - PAULO FIORILO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

34 - LEONARDO SIQUEIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.

35 - VINICIUS CAMARINHA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.

36 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL Rede.

37 - GERSON PESSOA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.

38 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

39 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.

40 - ATILA JACOMUSSI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Solidariedade.

41 - CAIO FRANÇA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

42 - CARLOS CEZAR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.

43 - MARTA COSTA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

44 - ITAMAR BORGES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.

45 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Anuncia o resultado da verificação de votação, que não alcança quórum para deliberação, restando adiada a votação. Convoça os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas e 29 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei no 752, de 2021, de autoria do Tribunal de Justiça. Para discutir...

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pois não.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA RECLAMAÇÃO - Presidente, levando em consideração que ainda restam muitas dúvidas sobre o projeto que ora está pautado; levando em consideração que a gente tem conseguido, nos últimos dias, abrir um diálogo entre o TJ, os advogados e a sociedade civil; levando em consideração que a gente pode incidir, pode até ser um caminho que a gente adote aqui na Casa... Qual será o melhor momento para a execução dessas custas, caso haja mesmo a necessidade de aplicar o aumento... A gente pede mais uma vez à Presidência da Casa a retirada desse projeto de pauta hoje, para que a gente possa continuar discutindo e que o Poder Legislativo possa indicar o melhor caminho.

Então, a minha reclamação, presidente, é que a gente está conseguindo, agora, abrir diálogos com os mais diferentes setores envolvidos nesse projeto. E é um apelo para o senhor retirar de pauta essa votação hoje. (Manifestações nas galerias.) O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para discutir a favor, Emídio de Souza. Ausente. Para discutir a favor, Luiz Claudio Marcolino. Abre mão. Para discutir a favor, deputado Tomé Abduch.

Antes de o deputado Tomé Abduch começar a sua discussão, gostaria de pedir a todos os que estão presentes... Como já disse anteriormente, são todos bem-vindos dentro do processo democrático, cumprindo com seus direitos, e também nós pedimos os deveres, pois nós temos um Regimento Interno a ser cumprido, e respeitar o orador presente na tribuna. Muito obrigado.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. Boa tarde a todos. Hoje é um dia muito importante para que a gente possa estar debatendo esse importante projeto. E eu acho que numa democracia...

Eu sempre fui uma pessoa muito respeitosa a todos; faço questão, sempre, de ouvir todos os senhores, mesmo, muitas vezes, tendo opiniões divergentes, porque eu creio que a democracia se faz de conversa, se faz de diálogo.

E muitas vezes nós conseguimos amadurecer o nosso ponto de vista quando a gente se dá a oportunidade de poder estar ouvindo os outros. Então, eu queria pedir, de maneira muito gentil, que, por gentileza, vocês respeitem as minhas colocações. E ao final a gente vai fazer aqui uma amarração e ver qual vai ser o final desse importante projeto.

Primeiro, eu queria pedir atenção aqui dos deputados presentes para que a gente possa falar um pouquinho do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual eu sei que muitos dos nossos parlamentares não conhecem com profundidade.

Então, eu queria citar a vocês alguns importantes dados. Primeiro, o nosso Tribunal de Justiça é o maior tribunal da América Latina. Nós temos, aproximadamente, hoje, 19 milhões de processos em andamento. O nosso quadro é composto por mais de três mil juízes e desembargadores, 40 mil servidores.

Temos o melhor sistema operacional do país, que é o Sage, que é um sistema eletrônico e, até o ano de 2024, no país, ele com certeza é o melhor sistema operacional. Nós temos, até 2024, a oportunidade de termos praticamente todos os nossos projetos digitalizados. Os nossos juízes são extremamente capacitados.

Nós temos também uma coisa muito importante a salientar, que dos 26 estados que nós temos, e - se a gente levar em consideração uma ação de R\$ 100.000,00 -, nós temos, no Rio de Janeiro, as custas iniciais de Rafael Silva R\$ 3.745,00 - representam 3,7 por cento.

Nós temos, na Bahia, o valor de R\$ 5.916,00; na Paraíba R\$ 6.968,00; e no Piauí, que é o mais alto do Brasil, o valor de 8 mil e 881 reais. Aqui em São Paulo, para essa mesma causa de R\$ 100.000,00, nós temos as custas iniciais no valor de R\$ 1.000,00 apenas.

Outro dado que é muito importante é que, no ano 2006, eram quase cinco anos para que um processo fosse julgado. Hoje, em 2023, nós temos um prazo aproximadamente de seis meses, o que mostra a eficiência do nosso sistema de São Paulo.

Outro dado que eu gostaria de dividir com vocês. Um juiz ou desembargador julga uma média de duas mil sentenças-ano, com aproximadamente 15 mil decisões. E se nós dividirmos isso por dias úteis, nós estamos falando em oito sentenças e 59 decisões por dia.

Por conta de toda essa eficiência de São Paulo em relação ao resto do país, é importante salientar que muitos processos que deveriam ser julgados em outros estados são julgados aqui em São Paulo, por uma escolha das partes em contrato, porque o processo é mais rápido, e nós temos custos menores. Todas essas fontes, caso os senhores queiram verificar, são fontes do CNJ, que é o Conselho Nacional de Justiça.

Agora eu acho importante a gente comentar um pouquinho como é formado o orçamento do Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça é como se fosse uma empresa. Você tem receitas e você tem despesas? Quais seriam as despesas?

Nós temos a folha de pagamento, que é praticamente o maior custo que nós temos dentro de todo o valor necessário, e ela é exclusivamente paga pelo Governo do Estado.

Nós temos materiais, escritório, locação de imóveis, sistema de limpeza, segurança, energia, água, internet, transportes, e esse custo todo hoje é algo na casa de 20 bilhões de reais, que é um valor realmente muito significativo, mas entendemos que nós temos o maior sistema hoje de toda a América Latina.

As nossas receitas foram colocadas de maneira equivocada. Eu queria poder corrigir por alguns catálogos que eu recebi, dizendo que a receita é de 5,6 bilhões de reais. Eu queria só corrigir esse valor, de acordo com o CNJ, porque a arrecadação é de 1,5 bilhão de reais.

A conta entre despesa e receita, ou seja, 20 bilhões que nós temos de custos, com uma receita de mais ou menos um bilhão e meio, dá a diferença que o erário, que o nosso Estado tem que colocar dentro do Tribunal de Justiça, para que todas as contas sejam pagas.

É aí que entra a minha avaliação, que eu quero dividir com vocês, que é o seguinte. Nós temos um sistema onde o seu Zé, a dona Maria... O seu Zé, que muitas vezes sai de casa de manhã e ele para em um barzinho ou para numa padaria, e ele pensa duas vezes se ele vai ter dinheiro para pagar o pão com manteiga, e ele acaba somente tomando seu cafezinho.

A dona Maria, que vai ao supermercado, que pega a cesta básica e coloca no carrinho dela, quando ela chega no momento de passar e pagar, ela verifica que ela tem que tirar metade do que está lá, porque ela não tem dinheiro para pagar.

E é impressionante que são essas pessoas que arcam com 90% de tudo que é pago no Poder Judiciário. Vocês já pararam para pensar nisso? E aí me impressiona a esquerda, que é a favor, por exemplo, de estar taxando as grandes fortunas, serem contra que a gente desonerar os mais pobres.

E quem paga a conta de tudo isso... (Manifestação nas galerias.) E quem paga a conta de tudo isso são as empresas, que representam 10% de todo o valor arrecadado. Ou seja, nós temos um sistema onde o trabalhador, o policial que está aqui presente, eu, cada um de vocês, as pessoas que trabalham aqui, pagam a conta de 90% do nosso sistema judiciário.

Eu olho para vocês e não compreendo a posição que os senhores estão tendo, achando que estamos aumentando custos. O que estamos fazendo aqui é desonerando a nossa população que não se utiliza do Sistema Judiciário e colocando... (Manifestação nas galerias.)

Presidente, eu queria... Presidente, segundo o nosso Regimento Interno, eu gostaria de pedir que a gente tenha uma restituição de tempo para que eu tenha minha palavra e meu ponto de vista como um deputado eleito, para que eu possa me colocar em relação ao meu ponto de vista sobre isso.

Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está preservado o tempo de Vossa Excelência. Devolvo a palavra a você, Tomé.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Outra coisa que eu queria recordar aos senhores: as pessoas que não têm condição, elas podem pedir que as custas sejam... Quando você tem até dois salários e meio, individual, ou até quatro salários, familiar, que essas custas todas possam ser representadas pela Defensoria Pública.

Só que tem uma coisa aqui que ninguém para para perceber. Essas pessoas que dizem que não pagam para poderem ser atendidas estão pagando os impostos, em 90% dos casos, dos 100% da conta do Tribunal de Justiça.

Então, eu queria compreender qual é o raciocínio lógico que os senhores estão tendo de não desonerar a população, o Sr. Zé da ponta, a Dona Maria, que muitas vezes não consegue pagar o seu pão com manteiga e eles têm que pagar um sistema de Justiça, sendo que eles não usam.

Aí um outro dado importante para os senhores: nós aqui, hoje, temos a taxa de um por cento. Mesmo aumentando para 1,5%, ainda assim será uma das taxas que vai estar abaixo da média nacional que temos no país.

Então, quando eu olho para os senhores da esquerda e vejo os senhores aqui tão firmes defendendo que não aconteça, eu entendo que vocês não estão entendendo o que está acontecendo aqui, ou realmente vocês querem que a conta vá para as pessoas que não utilizam o sistema. (Manifestação nas galerias.)

Presidente, esse valor não é para um aumento de salário de juízes. Nós não estamos utilizando para isso. E agora vem a parte mais importante, para a qual peço a atenção dos senhores.

Uma vez que existe um orçamento feito - esse orçamento é balizado em números, em quanto se gasta, cada uma das partes internas do tribunal forma o seu próprio orçamento e chega a um valor - e a gente vai arrecadar um valor que pode ser algo na casa de 400 a 500 milhões de reais a mais, por que a gente não faz uma proposta, uma indicação - que eu tenho grande parte de segurança de que será atendida pelo nosso governador - de que parte desse dinheiro arrecadado, nós não façamos uma sugestão de direcionamento para o SUS paulista, que está completamente colapsado?

Gente, vocês me desculpem. Está tendo uma inversão de valores aqui extremamente significativa e acho que muitos dos senhores que defendem as pessoas mais pobres, que defendem o Sr. Zé, não estão compreendendo.

Vocês estão entendendo que está sendo feito um aumento de taxas. Nós estamos desonerando as pessoas que pagam pelo sistema e não utilizam. Então, peço, por gentileza, a reflexão dos senhores.

Queria colocar aqui a grande importância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com eficiência, com seriedade, como o maior órgão da América Latina. Nós temos que ter uma compreensão clara do